

A luta por água no estado da Paraíba: contradições e conflitos¹

Emilia de Rodat Fernandes Moreira

Docente do Dpto. de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
erodat@hotmail.com

José Carlos Dantas

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
j_c_dantas@hotmail.com

Diego dos Santos Dantas

Discente do Curso de Geografia da UFPB, Bolsista do PIBIC/UFPB/CNPQ
dantasdsd@gmail.com

André Paulo do Nascimento

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
andrepaulo@outlook.com

Raisa Maria Regala

Discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
Raisa.mar@hotmail.com

Ivan Targino

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
ivantarginomoreira@yahoo.com.br

Juliana Fernandes Moreira

Docente do Curso de Gestão de Recursos Humanos da UFPB
Discente do Curso de doutorado em Ambiente e Desenvolvimento da UFPB
jfernandesmoreira@yahoo.com.br

Pedro Costa Guedes Vianna

Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB
Docente do Programa de Pós-graduação em Ambiente e Desenvolvimento da UFPB
pedro.costa.vianna@gmail.com

Resumo

O trabalho tem por objetivo estudar os conflitos por água em um dos estados do Nordeste do Brasil, o da Paraíba. Trata-se de um estudo analítico descritivo pautado em dados secundários obtidos em pesquisas diversas e nos Cadernos de Conflitos no Campo - Brasil, publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2005 e 2014. No que se refere à estruturação do trabalho, ele é constituído de quatro partes além da introdução e das considerações finais. A primeira discute a relação entre espaço, território e conflito. A segunda apresenta os conflitos por água eclodidos no estado da Paraíba antes de 2005. A terceira analisa os conflitos por água eclodidos no estado entre 2005 e 2013. A quarta aborda as políticas de gestão das águas pelo Estado enfatizando a contradição entre política de combate à seca e política de convivência com a seca, destacando o papel da ASA na formulação de políticas públicas estruturantes para o semiárido. Constatou-se que os conflitos por água no estado da Paraíba estão associados à questão da terra e que a escassez de água e sua

¹ Artigo produzido no âmbito dos Projetos Casadinho/PROCAD/CNPq, 2011-2015 e do Projeto de Produtividade em PQ/ CNPq, Processo 2014-2017.

transformação em mercadoria agudiza a disputa por esse recurso natural. O Estado age nesse momento de forma contraditória no que se refere à gestão das águas exprimindo claramente o caráter de classe do Estado capitalista que ele é.

Palavras-chave: Conflito por água; território; estado da Paraíba.

Abstract

The struggle for water in the state of Paraíba: contradictions and conflicts

This paper aims to study the water conflicts in one of the northeastern states, the Paraíba. It is a descriptive analytical study ruled on secondary data obtained in several surveys and Notebooks of Countryside Conflicts - Brazil, published by the Pastoral Commission of Land (CPT) between 2005 and 2014. As regards the structuring of work, it consists of three sections besides the introduction and closing remarks. The first discusses the relationship between space, territory and conflict. The second presents the water conflicts in the state of Paraíba before 2005 and the third addresses the water conflicts in the state between 2005 and 2013. The fourth section addresses the water management policies by the State, emphasizing the contradiction between politics of combat to the drought and policy of coexistence with the drought, highlighting the role of ASA in the formulation of public policies structuring the semi-arid. It was found that the water conflict in the state of Paraíba is associated with the issue of land and that the shortage of water and its commodification sharpens the competition for this natural resource. The state acts at the moment at cross purposes with regard to water management clearly expressing the capitalist state's class character it is.

Keywords: Water conflicts; Territory; State of Paraíba.

Resumé

La lutte pour l'eau dans l'état de Paraíba: les contradictions et conflits

Le travail vise à étudier les conflits pour l'eau dans l'état de la Paraíba, situé dans la région Nord-est du Brésil. Il s'agit d'une étude analytique descriptive basée sur des données secondaires provenant de diverses recherches et des Cahiers de Conflits dans le Champ - Brésil, publiés par la Commission Pastorale de la Terre (CPT) entre 2005 et 2014. En ce qui concerne la structure du travail, elle est composée de quatre parties en dehors de l'introduction et de considérations finales. La première traite de la relation entre l'espace, le territoire et les conflits. La seconde présente les conflits pour l'eau qui ont eu lieu dans l'état de Paraíba avant 2005. La troisième traite des conflits pour l'eau dans l'état entre 2005 et 2013. La quatrième traite des politiques de gestion de l'eau par l'État. Souligne la contradiction entre la politique de combat à la sécheresse et la politique de coexistence avec la sécheresse et met en évidence le rôle de l'ASA dans la formulation des politiques publiques pour le semi-aride. Il a constaté que les conflits pour l'eau dans l'état de Paraíba sont associés à la question de la terre et aussi que la pénurie d'eau et sa marchandisation aiguise la concurrence pour pour cette ressource. Dans ce moment, l'Etat agit de manière contradictoire par rapport à la gestion de l'eau exprimant le caractère de classe de l'Etat capitaliste, qu'il est.

Mots-clés: Conflits pour l'eau; territoire; état de Paraíba

Introdução

Este trabalho tem por objetivo estudar os conflitos por água na Paraíba, um dos estados do Nordeste brasileiro. Trata-se de um estudo analítico e descritivo com base em dados secundários obtidos em pesquisas diversas e nos Cadernos de Conflitos no Campo - Brasil, publicados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) entre 2005 e 2014².

Os dados foram organizados e sistematizados servindo de base para a elaboração de tabelas, gráficos e mapas temáticos. Para a confecção dos mapas foram também utilizadas informações sobre a divisão político-administrativa do estado bem como dados relativos à hidrografia e à açudagem com o objetivo de estabelecer relações entre os locais de ocorrência dos conflitos e a sua disponibilidade hídrica. Estes dados foram obtidos na Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESAs) e sistematizados para a geração dos produtos cartográficos.

Para identificar os tipos de conflito por água utilizou-se a mesma metodologia adotada pela CPT que estabelece três tipos de conflitos: a) conflito por apropriação particular. Este tipo de conflito ocorre quando um proprietário promove um desvio de um curso d'água ou o barramento de uma fonte, ocasionando a diminuição ou impedimento de acesso a essa água por outros sujeitos; b) conflitos em barragens e açudes. Estes se dão, principalmente, pela construção de reservatórios para hidroelétricas ou quando o projeto não cumpre os requisitos da legislação vigente. Também podem ocorrer quando tais obras expropriam famílias de pequenos proprietários ou quando não apresentam alguma política de reassentamento destes; c) conflitos por uso e preservação. São conflitos relacionados, basicamente, à degradação ambiental de matas ciliares, às áreas de nascente e aos próprios corpos hídricos. As principais causas desse tipo de conflito são a aplicação de agrotóxicos, a atividade de mineração, a pesca predatória, a contaminação de rios por dejetos domésticos e industriais, entre outros. No caso do uso, os conflitos são representados, principalmente, por cobranças pelo uso da água.

No que se refere à estruturação do trabalho, ele é constituído de três partes além desta introdução e das considerações finais: a primeira discute a relação entre espaço, território e conflito; a segunda apresenta os conflitos por água eclodidos no estado da Paraíba antes de 2005; e a terceira analisa os conflitos por água eclodidos no estado entre 2005 e 2013.

Território, água e conflito

Entendendo o espaço como a natureza transformada pelo trabalho ao longo do tempo histórico e o território como uma porção desse espaço, chega-se ao entendimento que

² Em 2014 a CPT não registrou nenhum conflito por água na Paraíba.

tanto no espaço quanto no território a natureza está presente embora constantemente modificada pelo trabalho do homem (MOREIRA, 2002). Outro aspecto, talvez o mais enfatizado na discussão do território no âmbito da geografia, diz respeito à questão do poder. Para Raffestin (1993) poder e território, apesar de possuírem autonomia, se entrelaçam quando se trata de conceituar território. Souza (2000) concebe o território como um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Visto por este prisma, a terra e a água, enquanto elementos da natureza vitais à vida e essenciais à formação territorial, acham-se imbricados nas relações de poder.

No que tange à água, esta constitui o elemento fundamental para o surgimento do homem na terra sendo indispensável à reprodução de todas as espécies da biosfera. O ser humano é duplamente dependente da água na medida em que não só precisa ingeri-la cotidianamente, como os alimentos que consome são igualmente produzidos e compostos por água, fazendo parte das necessidades vitais a serem satisfeitas a fim de evitar alterações fisiológicas graves que podem, inclusive, levar à morte dos indivíduos (UHEL, 2013).

Em virtude da importância vital da água, a apropriação dos recursos hídricos e dos mecanismos de produção e de sua distribuição constitui uma questão de poder pelo controle das condições da vida individual e coletiva (UHEL, 2013).

Pode-se acrescentar ainda que as relações de poder em torno dos recursos hídricos são estabelecidas tanto por sua escassez³, como por sua privatização, transformação em mercadoria e crescimento acelerado da sua contaminação/poluição.

Referindo-se à escassez da água, Barlow e Clarke (2003) fazem menção ao descompasso entre o crescimento do consumo da água e sua disponibilidade no planeta. De acordo com os autores, no século XX, a população do planeta triplicou e o consumo da água aumentou sete vezes. Eles preveem que em 2050, quando o planeta terá três bilhões de pessoas a mais, haverá necessidade de 80% a mais de água apenas para o uso humano e que, pelo menos até o momento, não se tem conhecimento de onde essa água virá. Além deste aspecto aparentemente matemático ou estatístico, Barlow e Clarke (2003) chamam a atenção para a transformação crescente da água em mercadoria e para o crescimento em nível mundial de sua privatização.

Chade (2008) faz menção a uma diversidade de estudos que consideram ser a água e não o petróleo, o ouro ou os minérios o elemento de disputa mais significativo no mundo nos próximos cinquenta anos, podendo originar “um exército de refugiados ambientais”.

Para Vianna (2005), ao tornar-se um recurso (hídrico) a água adquire valor econômico e político, torna-se objeto de disputa e inacessível àqueles que não dispõem de

³ Embora exista no planeta 1.370.000.000 km³ de água, apenas 2,80% desse total é água doce encontrada nos rios, lagos, subsolo, calotas de gelo e glaciais e 97,20% é água salgada dos mares e oceanos.

condições para adquiri-la. Essa disputa põe em jogo classes antagônicas e, conseqüentemente, interesses antagônicos redundando em conflitos.

No que se refere ao conflito, buscar sua conceituação nos remete à própria história da humanidade uma vez que ele é tão antigo quanto a sociedade humana. Durante muito tempo a Sociologia voltou-se ao estudo conceitual de conflito. De acordo com Giddens (2004) a abordagem adotada era predominantemente marxista ou weberiana, e centralizada nas grandes desigualdades de classe social, de gênero, de etnia, entre outros.

A teoria marxista de conflito pauta-se na ideia defendida por Marx de que sua origem acha-se atrelada à dialética do materialismo e à luta de classes. Desse modo, todo conflito é social e se estabelece entre classes antagônicas (KARL MARX, 1818-1883). Para Marx, a história de todas as sociedades que existiram até os dias atuais tem sido a história da luta de classes. Essa compreensão acha-se explicitada claramente na citação abaixo:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX e ENGELS, p. 365-366).

Nesse sentido, os conflitos para Marx (1998), não são acidentes da vida social que ocorrem no interior de cada sociedade. Ao contrário, para ele em todas as sociedades existem conflitos permanentes que são, antes de tudo, conflitos de interesses promotores de mudanças da realidade.

Outro aspecto considerado na abordagem marxista de conflito é a ideologia. Esta corresponde ao conjunto de “crenças e valores que possibilitam o domínio dos grupos mais poderosos sobre os menos poderosos - o que apela para a indissociável ligação entre poder, ideologia e conflito” (BALTAZAR, 2007).

Para além da sociologia marxista que sempre privilegiou esta abordagem da realidade social Baltazar (2007) destaca ainda outros autores que se ocuparam com o estudo do conflito social utilizando outras abordagens a exemplo de Max Weber (1864-1920), Georg Simmel (1858-1918), Lewis Coser (1913-2003), Raymond Aron (1905-1983), Wright Mills (1916-1962) e Ralf Dahrendorf (1959).

Neste trabalho entendemos o conflito dentro da perspectiva marxista de leitura da realidade social uma vez que compreendemos ser esta a forma de compreensão que melhor explica a realidade dos conflitos por terra e água eclodidos no estado da Paraíba. Acreditamos que os conflitos por terra e água nos países latino-americanos como o Brasil se estabelecem entre classes antagônicas quais sejam: a classe dos latifundiários e a dos camponeses e a

classe dos detentores do controle e do poder sobre a água e a população que não tem acesso à mesma.

O objetivo deste artigo é estudar o conflito pela água pelo viés da Geografia, em particular, da Geografia Agrária brasileira. A pesquisa bibliográfica realizada dá conta de que nesse ramo do conhecimento científico são muito recentes os estudos de conflitos em torno do acesso à água. Comumente o foco tem sido a questão da terra e os conflitos eclodidos caracterizam-se pela disputa da mesma por camponeses e latifundiários.

No estado da Paraíba, se tem conhecimento que os primeiros estudos sobre conflito agrários tiveram lugar no início dos anos 70 do século XX e foram realizados pela socióloga Dulce Cantalice e a geógrafa Emilia Moreira que continua pesquisando sobre o tema. Para esta o conflito de terra é:

Fruto do choque de interesses entre capital e trabalho representado, de um lado, pela necessidade de subordinação da produção à lei do lucro e, do outro, pelo direito de permanecer na terra, de viver na terra e garantir a sobrevivência da unidade familiar de produção (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 296).

No que se refere ao conflito pela água na Paraíba, o geógrafo Pedro Guedes Vianna tem se dedicado ao seu estudo, evidenciando que na região semiárida é impossível discutir a questão agrária dissociada dos conflitos pela água (VIANNA, 2005; 2009).

A CPT entende conflitos pela água como:

Ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas e de luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolvem ribeirinhos, atingidos por barragens, pescadores, etc. (CPT, 2005, p.14).

Este conceito abrange, praticamente, todas as formas de conflito em torno da água identificadas no estado da Paraíba. Neste estado, a disputa por água é antiga e durante longo tempo concentrou-se na região semiárida. Apesar de toda água acumulada nessa região, através da construção de açudes, barragens públicas, barragens particulares, poços, canais, etc. a cada novo período de estiagem prolongada vivencia-se sua escassez com mais intensidade. Isto evidencia a incapacidade das políticas públicas tradicionais de “combate à seca”, pela via da acumulação de água em grandes reservatórios, de transformar em profundidade a realidade da região. Bem ao contrário, elas beneficiaram os proprietários fundiários em cujas propriedades foram construídos açudes, reforçando a estrutura de poder e de domínio da oligarquia rural sobre o território através do controle privado da água⁴.

⁴ A história da construção do açude São Gonçalo no município de Sousa ilustra bem o fato de como as oligarquias rurais buscavam fortalecer o seu poder local através do controle da política de açudagem. No caso específico,

Os conflitos pela água na Paraíba antes de 2005

A CPT só iniciou os registros dos conflitos por água no Brasil em 2005. Antes disso, porém, entre 1985 e 1992, Moreira (1997) já constataria a ocorrência de conflitos envolvendo a questão da água no estado da Paraíba, no entorno de açudes situados no Sertão tais como: os açudes Riacho dos Cavalos (1985), Barragem da Farinha (1986), Pilões (1991) e Carneiro (1992). De acordo com Moreira (1997), esses conflitos tiveram a ver com a luta de pequenos produtores sem terra pelo acesso às terras das áreas de vazante e às águas das barragens para plantar, pescar, para dessedentação animal e abastecimento das famílias.

Entre os anos de 1998 e 1999, um colapso no sistema de abastecimento do município de Campina Grande, abastecido pelas águas do açude Epitácio Pessoa, também gerou uma série de conflitos pelo uso da água no município de Boqueirão, situado na porção central do semiárido paraibano. Tais conflitos foram ocasionados pela proibição por parte do Estado da prática de irrigação realizada por pequenos irrigantes no entorno do açude, ao mesmo tempo em que as atividades industriais sediadas em Campina Grande continuavam utilizando grandes quantidades de água (BRITO, 2013).

Em 2001, outro conflito por água eclodiu no Sertão do estado da Paraíba, desta vez envolvendo os assentados do Assentamento Acauã, situado no município de Aparecida. Tal conflito envolveu os assentados e o Estado representado pela agência responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos naquele momento a Agência de Águas, Irrigação e Saneamento (AAGISA), em torno da utilização pelos assentados das águas de um canal denominado Canal da Redenção⁵. Durante anos, esse canal foi utilizado no assentamento em períodos de estiagem e no cotidiano para realizar atividades domésticas, para a irrigação pelos assentados com lotes situados nas suas margens e para abastecer um açude ali existente. Em 2001 a AAGISA proibiu qualquer tipo de uso da água do canal pelos assentados ao mesmo tempo em que mantinha um tratamento diferenciado para os grandes proprietários que desviavam águas do canal para realizar irrigação. Esse tratamento assimétrico dado pelo Estado aos trabalhadores e aos proprietários capitalizados aguçou o conflito que só finalizou quando as fiscalizações foram abrandadas.

Entre 2005 e 2006, o conflito foi apaziguado, e a fiscalização deixou de ser realizada. As lideranças do assentamento atribuíram essa falta de fiscalização ao período político, pois 2006 foi um ano de eleição para governo do Estado e o governador era candidato à reeleição. A proibição do uso da

tem-se a disputa entre as famílias Mariz e Pereira pelo controle da construção do referido açude (NÓBREGA, 1961).

⁵ O Canal da Redenção foi construído no âmbito de um projeto hídrico denominado Plano das Águas e previa a construção de um canal condutor de água para abastecer o perímetro irrigado das Várzeas de Sousa no Alto Sertão da Paraíba.

água só prejudicaria o governo, no tocante à votação (MOREIRA, LIMA e TARGINO, 2008, p. 89).

As águas do Canal da Redenção também se tornaram objeto de disputa no perímetro irrigado denominado Projeto de Irrigação das Várzeas de Sousa (PIVAS). Este Projeto caracterizou-se por reproduzir a estrutura fundiária concentrada característica da região sertaneja, ficando apenas duas empresas com a maior parte das terras e, conseqüentemente, com maior acesso à água, o que gerou desconforto entre os camponeses sem terra da região dando origem ao conflito. Num espaço caracterizado pela escassez hídrica e marcado pela desestruturação das tradicionais relações de trabalho como a parceria e o arrendamento que estavam atreladas à produção do algodão, destruído pela praga do bicudo, o desemprego e as condições precárias do trabalhador rural só se agudizaram levando a população pobre do campo e da periferia das cidades a se organizarem em torno dos movimentos sociais na busca de acesso a terra e a água.

De acordo com Regala e Moreira (2014) em 2004, 400 famílias sem terra, com o apoio da CPT, realizaram uma ocupação na área. Essa ocupação resultou na criação do Acampamento Nova Vida I constituído por 100 famílias. Ao lado deste Acampamento, dois anos depois surgiu outro, do MST, que recebeu o nome de Acampamento Renascer. A solução desses conflitos só teve lugar em 2011, quando o Estado cedeu 1.007,0 hectares no Perímetro para instalação do Assentamento Nova Vida I que comporta 141 famílias oriundas dos dois acampamentos (INCRA, 2014). Mesmo após a conquista da terra o acesso à água do Canal ainda permanece muito problemático para os assentados.

De acordo com constatações feitas por Regala (2014), durante pesquisa de campo realizada nesse Assentamento, os assentados, três anos depois de instalados na área, ainda não tinham acesso à água e viviam sem quase nenhuma infraestrutura hídrica instalada. Embora a responsabilidade de liberação da água devesse ter sido feita pelo INCRA, alguns agricultores com melhor condição financeira acabaram por contratar, com recursos próprios, a empresa responsável pela assistência técnica do PIVAS, para realizar a ligação da água nos seus lotes. Todavia, nem todos tiveram condições de adquirir os equipamentos necessários para fazer a ligação da tomada de água até o lote. A questão da água pela qual tanto lutaram, portanto continuava sem solução.

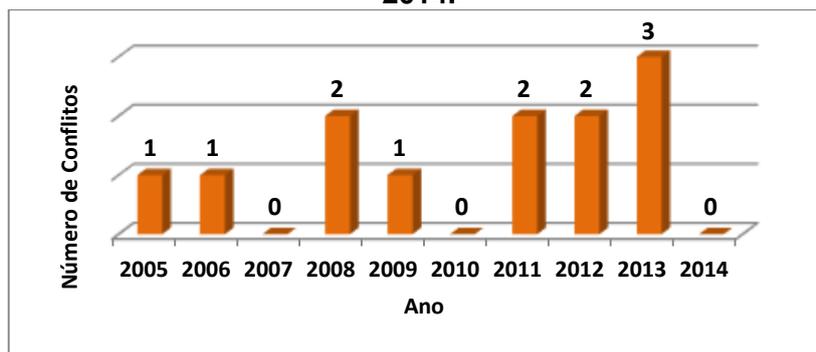
Constata-se, com base no exposto, que os conflitos por água ocorridos na Paraíba antes de 2005 concentraram-se no semiárido, área em que a água é escassa e essencial à sobrevivência do homem do campo, centrando-se em torno dos açudes e de um canal de transposição. Fica evidenciado que, nesse período, os conflitos pela água estão relacionados com a viabilização da produção familiar de base camponesa no semiárido paraibano, de um lado, e com a ação do Estado que privilegia a grande unidade de produção nessa mesma área, por outro lado.

Os conflitos por água entre 2005 e 2013 na Paraíba

Na atualidade, apesar da disseminação de formas alternativas de captação e armazenamento de água no semiárido paraibano (incluindo-se aí as áreas do Agreste seco) a ocorrência de secas mais prolongadas, a diminuição dos espaços de tempo entre uma seca e outra, a poluição e/ou contaminação crescente dos mananciais aquáticos, o desvio de cursos d'água ou o barramento de fontes, a permanência da elevada concentração fundiária e a expansão da prática de irrigação convencional em grandes e médias propriedades entre outros, têm contribuído para agravar a escassez da água e provocar o surgimento de conflitos pela água no estado da Paraíba. O fato novo é que tais conflitos, vêm se disseminando no Agreste e na Zona da Mata.

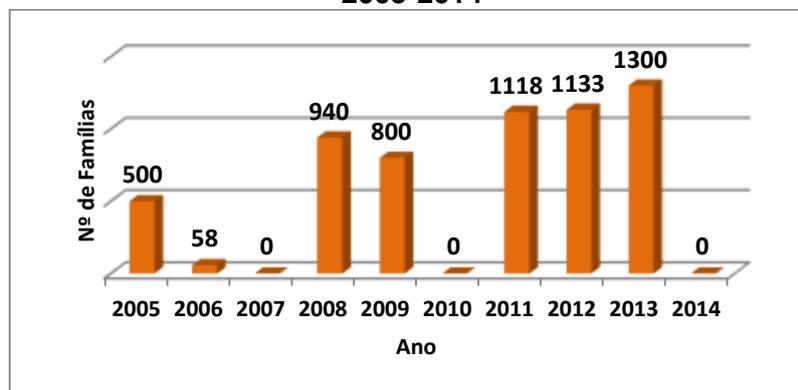
Os Gráficos 1 e 2 mostram o número de conflitos e de famílias envolvidas em conflitos por água durante o período de 2005 a 2014 na Paraíba.

Gráfico 1: Paraíba: Conflitos por água segundo o ano de eclosão do conflito. 2005-2014.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Gráfico 2: Paraíba: Nº de famílias envolvidas em conflitos por água segundo o ano. 2005-2014



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Segundo a CPT, o Brasil registrou 758 conflitos por água entre 2005 e 2014, com 322.508 famílias envolvidas. No estado da Paraíba apenas 12 conflitos tiveram lugar durante

esse período, representando muito pouco do total nacional. O número de famílias envolvidas nestes conflitos, 5.849 famílias também representa pouco (apenas 1,8%) quando comparado com o número de famílias brasileiras (Gráficos 1 e 2). Este pequeno percentual pode estar relacionado ao fato de, no período em foco, não ter havido na Paraíba nenhuma construção de reservatórios de proporção significativa, estando os conflitos relacionados fundamentalmente ao acesso às fontes de água (MARQUES, 2012).

Observando o Gráfico 1, referente à distribuição dos conflitos por água segundo o ano de ocorrência no estado da Paraíba, percebe-se que em alguns anos não existiram conflitos, o que pode ser explicado pela intermitência dos conflitos que, segundo Malvezzi, podem “surgir num determinado momento, silenciar no tempo, voltar mais adiante” (MALVEZZI, 2014, p. 99).

No que tange à sua distribuição espacial eles ocorreram em áreas com características ambientais, sociais e econômicas distintas e acham-se relacionados às dinâmicas naturais (sobretudo ao clima), políticas econômicas que se articulam e corroboram para o surgimento de tensões entre os mais diferentes segmentos sociais.

No período em foco eles abrangeram seis municípios do estado, sendo quatro (33,3%) localizados na Mesorregião da Mata Paraibana (espaço regional que em função da maior pluviosidade e do regime permanente dos rios, aparentemente não possui nenhuma razão para o desenvolvimento desse tipo de conflito); dois numa área situada entre dois municípios vizinhos, sendo um da Mesorregião da Mata e outro do Agreste Baixo; um no Agreste Alto e cinco conflitos em municípios do semiárido (Mapa 1). Nota-se que em todos os municípios que apresentam conflitos por água existe algum corpo hídrico importante, seja ele um reservatório (açude ou barragem), seja ele um rio.

Mapa 1: Paraíba: Conflitos por água seguindo a mesorregião e município.

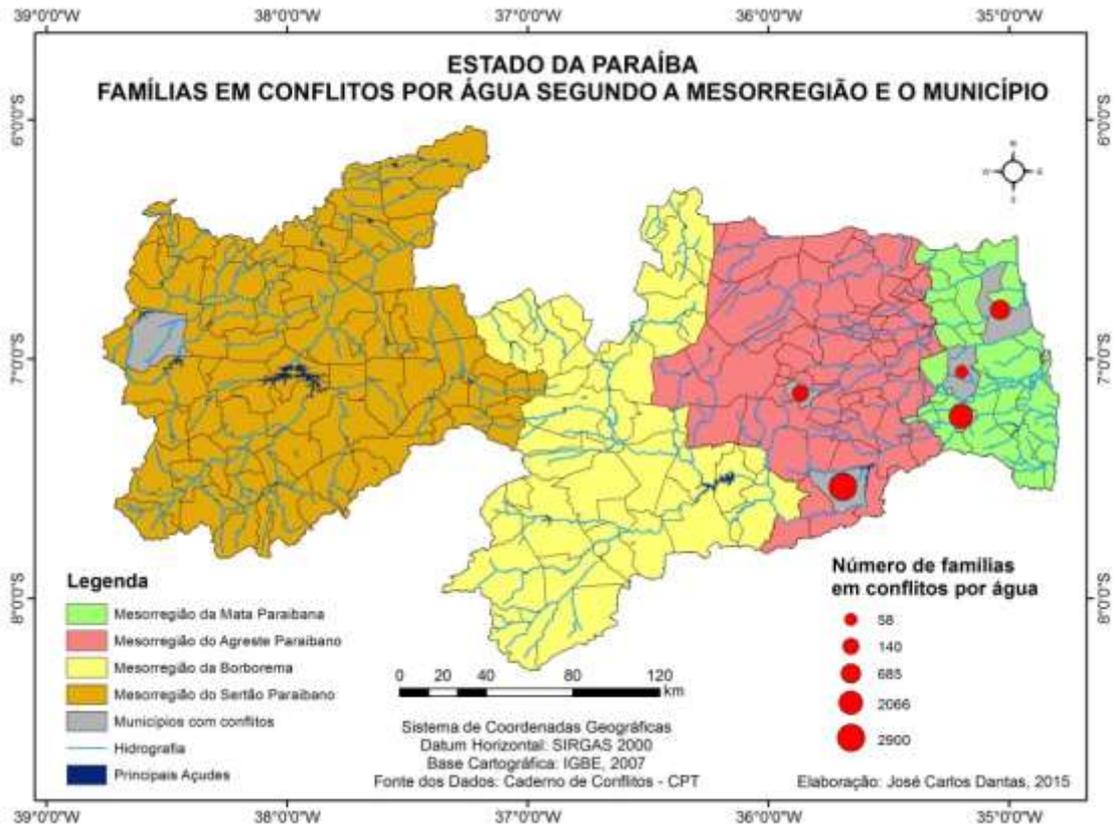
Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Os municípios onde foram registrados os conflitos são: Aroeiras (4); Rio Tinto (2); Rio Tinto/Marcação/Baía da Traição (1); São Miguel de Taipu/Itabaiana (2); Sapé (1); Marcação (1); Lagoa Seca (1) e Rio Tinto (1)⁶ (Mapa 1).

O número de famílias envolvidas nos conflitos varia segundo o município. Como se pode observar no Mapa 2, o município de Aroeiras, que é banhado pelo rio Paraíba cuja bacia se estende desde a porção sudoeste da mesorregião mais seca do estado, a da Borborema, até a Zona da Mata no extremo oriental, desembocando no mar, congrega 4 conflitos, e o maior número de famílias. Na fronteira entre os tabuleiros costeiros e a depressão sublitorânea, área conhecida pelo clima subúmido e por ser ainda atingida pela seca, distinguem-se os municípios São Miguel de Taipu e Itabaiana. Chama a atenção a ocorrência de conflito por água no município de Rio Tinto localizado em pleno litoral área de maior índice de pluviosidade e umidade do estado. No extremo ocidental, no Sertão propriamente dito, foi identificado um conflito por água no município de Cajazeiras embora não haja indicação do número de famílias nele envolvidas.

⁶ Alguns conflitos desenvolveram-se em áreas que abrangem mais de um município.

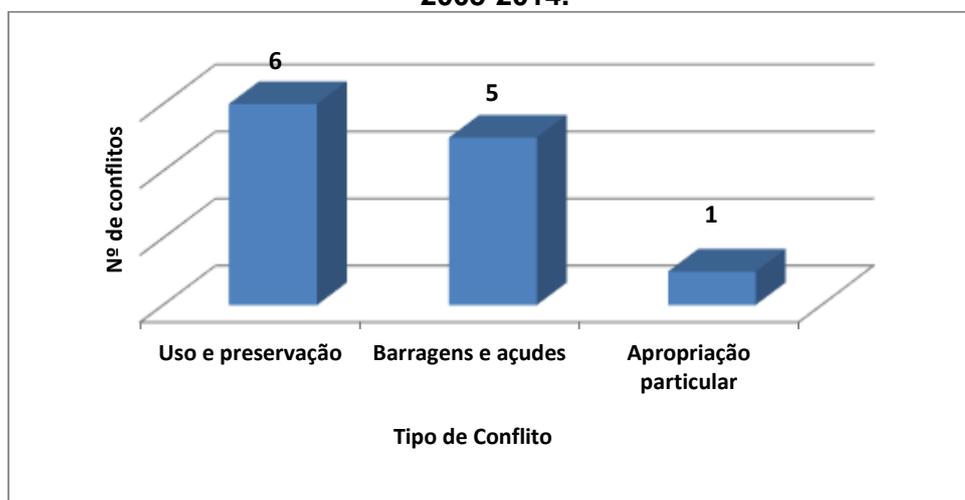
Mapa 2: Paraíba: Famílias em conflitos por água segundo a mesorregião e o município.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

No que se refere à tipologia, verificou-se a ocorrência de 6 conflitos relacionados à questão do uso e preservação da água; 5 conflitos em barragens e açudes e apenas 1 conflito decorrente de apropriação particular (Gráfico 3).

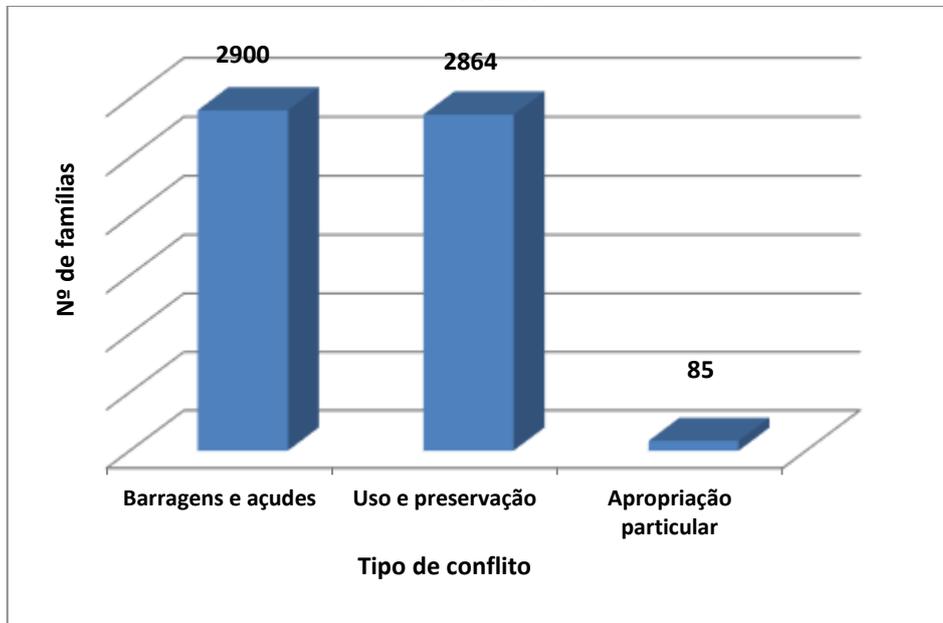
Gráfico 3: Paraíba: Tipologia dos Conflitos por Água. 2005-2014.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014.

Apesar dos conflitos por uso e preservação se colocarem em primeiro lugar no ranking dos conflitos por água no estado no período em pauta, são aqueles surgidos em torno de barragens e açudes os que aglutinam o maior número de famílias (Gráfico 4).

Gráfico 4: Paraíba: Número de famílias em conflito por água segundo o tipo de conflito.



Fonte: CPT - Cadernos de Conflitos, 2005 a 2014

Nos casos identificados na Paraíba este tipo de conflito está relacionado às políticas de reassentamento ineficientes ou inexistentes para famílias expropriadas pela construção de reservatórios ou por impedimento de acesso à água (Quadro 1). Percebe-se nestes casos certa articulação entre o Estado e as empresas destinadas a executar determinadas obras que prejudicam a população local por não incluir em seus projetos uma forma de relocar as famílias atingidas pelos empreendimentos.

Os conflitos por uso e preservação da água indicam a falta de conscientização ambiental daqueles que promovem práticas prejudiciais à dinâmica da natureza e à saúde da população. Estas práticas podem estar associadas ao desmate da vegetação nativa localizada em áreas de nascentes de rios, potencializando a ação da erosão e provocando o assoreamento dos corpos hídricos. Também podem ocorrer quando dejetos são lançados nos rios que abastecem determinadas comunidades, o que põe em xeque a qualidade da água disponível e impacta diretamente na qualidade de vida da população (Quadro 1).

Em se tratando da apropriação particular foi registrado apenas 1 conflito durante a série temporal estudada. Neste caso, o conflito foi gerado pelo impedimento de acesso à água para uma comunidade ribeirinha no município de Rio Tinto (Quadro 1).

Quadro 1: Estado da Paraíba - Conflitos por água segundo o tipo e a situação - 2005 a 2013.

Município	Ano	Mesorregião	Tipo de conflito	Situação do conflito
Sapé	2006	Mata Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Lagoa Seca	2008	Agreste Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
São Miguel de Taipú/Itabaiana	2011	Mata Paraibana /Agreste Paraibano	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
São Miguel de Taipú/Itabaiana	2012	Mata Paraibana /Agreste Paraibano	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Rio Tinto	2012	Mata Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Rio Tinto/Marcação/Baía da Traição	2013	Mata Paraibana	Uso e preservação	Destruição e/ou poluição
Aroeiras	2005	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Aroeiras	2008	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Aroeiras	2009	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Aroeiras	2013	Agreste Paraibano	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Cajazeiras	2013	Sertão Paraibano	Barragens e Açudes	Impedimento de acesso à água
Rio Tinto	2011	Mata Paraibana	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água

Fonte: Caderno de Conflitos da CPT, 2005 a 2014.

Como foi mencionado, o município de Aroeiras foi o que registrou o maior número de conflitos por água e de famílias envolvidas em conflitos na Paraíba durante o período estudado: 4 conflitos com 2.900 famílias envolvidas. Todos os conflitos que ocorreram neste município estão localizados na Barragem Acauã, um importante reservatório que abastece 15 municípios da região⁷. Eles foram motivados pela falta de projeto de reassentamento e pelo reassentamento inadequado das famílias atingidas pelo projeto. Neste caso ficou muito clara a falta de preocupação do Estado e da empresa responsável pela obra (OAS Engenharia) com aqueles que foram impactados pelo projeto, reafirmando mais uma vez a articulação existente entre o capital e o poder público brasileiro (OLIVEIRA et al., 2005).

No município de Cajazeiras o conflito ocorreu em virtude do impedimento de acesso à água da Barragem Engenheiro Ávidos, que tem por finalidade a irrigação de 5.000 ha de terras situadas à sua jusante e o controle das cheias do rio Piranhas⁸. Os responsáveis pela administração do reservatório decidiram abrir as comportas da barragem no período chuvoso com o argumento de que se o reservatório chegasse perto de atingir sua capacidade máxima de armazenamento a estrutura da barragem não suportaria o volume de água e romperia. No

⁷ A respeito consulte-se: <http://www.oas.com.br/oas-com/oas-engenharia/realizacoes/especiais/irrigacao-barragens/semarh-barragem-acaua/>.

⁸ A este respeito consulte: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/barragens/Barragem%20da%20Paraiba/piranhas.htm>

entanto, as chuvas esperadas para o período não ocorreram e no mês de setembro de 2013 o fornecimento de água para a região foi comprometido, ocasionando o impedimento do uso da água pelos agricultores e a geração de um conflito motivado por esse cenário⁹.

A Mesorregião da Mata Paraibana é caracterizada por apresentar uma considerável disponibilidade hídrica em relação à região semiárida, com totais de precipitação que variam entre 1500 e 1800 mm em média anual e rios perenes, sobretudo nas áreas próximas à costa litorânea (MOREIRA, 2000), favorecendo a prática de atividades de agricultura e piscicultura e gerando renda para a população rural.

Como foi mencionado, três municípios concentram os conflitos por água nessa região, sendo eles: São Miguel de Taipú, Sapé e Rio Tinto. Todos os conflitos aí identificados estão relacionados ao uso e preservação da água, principalmente nos casos de destruição e poluição de corpos hídricos.

No município de Rio Tinto, situado ao norte dessa mesorregião os conflitos ocorreram às margens do rio Mamanguape e no território indígena da tribo Potiguara. Foram registrados 3 conflitos relacionados à água no município, com um total de 685 famílias envolvidas. O principal problema enfrentado pela população local é a poluição do Rio Mamanguape, que põe em risco a qualidade da água do rio que abastece inúmeras famílias. De acordo com o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas no Brasil (CIMI, 2014), os povos indígenas que ocupam o território indígena da zona rural de Rio Tinto sobrevivem da atividade pesqueira realizada no rio Mamanguape. Com a poluição do rio e a morte de peixes e crustáceos a sobrevivência dos indígenas é ameaçada. Além das comunidades indígenas, a população ribeirinha está também sendo atingida com a destruição das espécies que vivem nos manguezais e que também são utilizadas por ela tanto para a alimentação como para a comercialização.

Em São Miguel de Taipú (localizado na porção centro-sul da Mesorregião da Mata Paraibana) os conflitos por água envolvem 15 comunidades ribeirinhas que vivem em áreas próximas ao rio Paraíba. Os dois conflitos identificados no município envolveram 2.066 famílias que dependem da água do rio para desenvolver suas atividades e garantir suas rendas. O uso e a preservação da água é o motivo que ocasiona os conflitos nesse município, mostrando a necessidade da conservação dos elementos da natureza para o melhoramento da qualidade de vida da população.

Do combate à convivência com as secas: políticas públicas e movimentos sociais

⁹ Consulte-se a respeito: <http://adjamilton.jornaldaparaiba.com.br/noticias/a-briga-pela-agua-no-sertao-e-o-verdadeiro-no-da-questao-3/>

Existe uma questão de fundo que permeia os conflitos por água: a forma de intervenção do Estado. De modo geral a ação do Estado brasileiro desde o período imperial até o século XX foi dirigida para a solução do problema da escassez de água provocada pela seca no semiárido através: a) de políticas de intervenção emergencial para socorrer as vítimas das secas; b) da política de armazenamento de água em barragens e açudes para tornar a região mais resistente às secas; c) de políticas de irrigação. Tais ações foram orientadas nitidamente para o fortalecimento das oligarquias rurais uma vez que os açudes, construídos em grande parte nas propriedades privadas, reforçaram o poder dos coronéis sobre o conjunto da população, pois eles passavam a deter não só o controle das terras, mas também o controle das águas, elementos fundamentais à sobrevivência humana.

Por sua vez, “as intervenções governamentais de caráter emergencial, apenas acentuavam a inocência de uma massa popular sem assistência, incapaz de reivindicar uma boa qualidade de vida como direito supremo e intransponível” (BIZARRIA et al. 2016, p.170).

É nesse contexto que se explica a reação da oligarquia rural nordestina à criação da SUDENE, pois sua proposta de desenvolvimento para o semiárido poderia representar um esvaziamento da ação do DNOCS na região, órgão que era por ela controlado.

Segundo Oliveira (n/d), a causa imediata da criação da SUDENE (além da seca de 1958 e suas consequências sobre o emprego e a migração rural), foi justamente as denúncias que desmascararam:

Os escândalos da "indústria das secas": corrupção na administração da ajuda dada pelo governo federal através das frentes de trabalho, existência de trabalhadores fantasmas, construção de açudes nas fazendas dos "coronéis" etc. Ou seja, denunciava-se que o latifúndio e seus coronéis - a oligarquia agrária nordestina - tinham capturado o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945, da mesma forma como anteriormente tinham dominado a Inspetoria de Obras Contra as Secas, de 1909 (OLIVEIRA, n/d; s/n).

Na verdade, as políticas de natureza assistencialista e coronelista que davam sustentação ao combate à seca só contribuíram para que as estruturas consolidadas de poder locais, e todas as relações sociais a elas articuladas, permanecessem praticamente intocadas até a década de 1980 (BURSZTYN, 1984).

O advento dos governos militares e as políticas de expansão do capital no campo por eles levadas a efeito não só foram insuficientes para resolver o problema da água e os conflitos em torno da mesma no semiárido como os agravaram. De fato, o modelo capitalista de desenvolvimento empreendido pelos militares, e que teve continuidade após a abertura política, baseado no estímulo ao agronegócio beneficiou apenas as empresas nacionais e multinacionais contribuindo para a acumulação de capital.

Em outras palavras, as políticas públicas desde o governo dos militares, passando pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) propiciaram o desenvolvimento capitalista do semiárido particularmente naquelas áreas de entorno das bacias hidrográficas. Nessas áreas nem as Matas das cabeceiras dos rios nem a Mata Ciliar foram poupadas; a utilização indiscriminada de agrotóxicos não poupou o solo nem os mananciais aquáticos contribuindo para agravar o problema de preservação da água nos rios e nos reservatórios neles construídos.

No período mais recente, a organização da sociedade civil passou a denunciar as práticas que reforçavam o controle da riqueza e do poder nas mãos da classe dominante do Nordeste rural e passou a criticar as ações de combate às secas com a afirmação de que os fenômenos climáticos não se combatem e que é preciso adotar “práticas de convivência com a seca”.

Na Paraíba, com a destruição da cultura algodoeira, a repetição cada vez mais próxima uma da outra de estiagens prolongadas e a modernização crescente do agronegócio, observou-se o crescimento do desemprego, a ampliação da pobreza e a falta de perspectiva de melhoria das condições de vida camponesa. Como forma de reação a esse processo os camponeses do semiárido, no final dos anos de 1980, procuraram o apoio da CPT na luta por terra e água.

Na virada do século XXI, o MST e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura com seus Sindicatos também passaram a atuar no semiárido. Essa conjugação de esforços deu origem a conflitos por terra e água caracterizados principalmente pela luta de ocupação que originaram assentamentos rurais, onde foram assentadas mais de quatro mil famílias camponesas (aproximadamente 17 mil pessoas) (MOREIRA e TARGINO, 2016).

A grande maioria desses assentamentos (excetuando-se apenas os mais novos) foi contemplada com algumas políticas públicas estruturantes criadas nos governos Lula da Silva e Dilma Roussef a partir de demandas das bases tais como: a política “Luz para todos”; o “Programa de Um milhão de Cisternas” e muitas outras que utilizaram a ASA como organismo de disseminação e implantação (MOREIRA e TARGINO, 2016, p. 2).

A ASA - Brasil, ou Articulação do Semiárido é um fórum híbrido que congrega mais de 1000 entidades sendo constituída na sua maioria por organizações de base comunitária (59%); sindicatos de trabalhadores rurais (21%), entidades ligadas às Igrejas Católica e Evangélica (11%), ONG's (6%) e cooperativas de trabalho (3%)¹⁰ (NOGUEIRA e DUQUE, 1998, p.118). É, sem dúvida, a maior rede de organizações da sociedade civil do semiárido brasileiro voltada para trabalhar em prol do desenvolvimento do semiárido.

¹⁰ Pesquisa da Fundação Esquel, membro da ASA.

A ação da ASA dá-se em várias frentes: visa a convivência da agricultura familiar com o semi-árido, mediante tecnologias apropriadas na linha do manejo racional dos recursos hídricos (cisternas, barragens subterrâneas, tanques de pedra, canteiros econômicos, aproveitamento das águas usadas, etc.) e via agroecologia (reflorestamento, manejo da biodiversidade, plantio direto, adubos orgânicos, etc.). Ainda favorece a consciência política, a autonomia e o empoderamento dos agricultores familiares mediante intercâmbios, valorização do saber camponês e circulação de informações, e assim enfrenta o poder do coronelismo; e finalmente incentiva todas as formas de expressão cultural, devolvendo ao semi-árido a vida em todas suas dimensões (NOGUEIRA e DUQUE, 1998, p. 118).

Esse conjunto de ações foi reforçado pelas políticas de transferência de renda do Governo Federal durante as gestões do Partido dos Trabalhadores, principalmente as políticas previdenciária e de elevação do salário real, a política do Bolsa Família, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de alimentos (PAA) que contribuíram de forma efetiva para a elevação das condições de vida da população rural.

Assim, pode-se afirmar que as ações da ASA, através da implementação e disseminação de políticas públicas estruturantes, objetivam impulsionar um desenvolvimento rural do semiárido que se contraponha à cultura secular da subalternidade que predominou na região e que tem como princípio o crescimento do empoderamento de uma agricultura camponesa consciente de seu papel na luta contra o capital e na preservação do meio ambiente. Exemplo disso é o Programa 1 Milhão de Cisternas que, ao disponibilizar água potável às famílias camponesas reduziu o controle dos grandes proprietários sobre as condições de sobrevivência da população além de ter trazido melhorias na sua condição de vida, pois o acesso à água já não requeria mobilização da força de trabalho familiar.

Ao assegurar uma melhoria das condições de vida dos camponeses essas ações/políticas públicas têm contribuído para explicar a não ocorrência de saques no semiárido nordestino durante a presente seca que já entrou para o sexto ano.

É evidente que a ação governamental durante o período estudado apresenta contradições inerentes ao Estado capitalista. Isto é, ao lado da sua função de acumulação (propiciar condições favoráveis à acumulação do capital, a exemplo da sustentação do agronegócio), põe em prática a sua função de legitimação (adotar medidas que minorem as desigualdades sociais). No entanto, é inegável os avanços ocorridos nos governos Lula e Dilma no tocante ao fortalecimento da produção familiar de base camponesa e ao acesso à água no semiárido brasileiro e paraibano.

Críticas a essa atuação contraditória do Estado parece desconsiderar os avanços ocorridos e, mais do que isso, a impossibilidade de ações governamentais que não considerassem a função de acumulação do Estado capitalista. Mesmo com todo suporte dado à acumulação de capital no agro brasileiro, a ação de classe do agronegócio se manifestou

de forma inequívoca por ocasião do impeachment do governo Dilma. O que vale dizer que um governo popular num Estado capitalista tem nítidas limitações que não podem ser desconsideradas.

Considerações Finais

Alguns aspectos chamam a atenção neste estudo inicial dos conflitos por água no estado da Paraíba. Em primeiro lugar, o fato de que tais conflitos, regra geral, estão associados à questão da terra. Não resta dúvida, também, que a escassez de água transforma esse recurso natural em objeto de disputa. Isto sem falar no processo intenso de poluição e degradação a que vem sendo submetidos os mananciais hídricos, não só pelo despejo de esgotos sanitários como pela deposição dos mais variados dejetos das atividades rurais e industriais, colocando a saúde da população em risco e à mercê da inação do Estado no monitoramento do uso dos rios com o despejo de dejetos urbanos, industriais e de agrotóxicos.

Nesse sentido, nunca é demais afirmar que numa sociedade como a nossa, a ação contraditória do Estado no que se refere à gestão das águas exprime claramente o caráter de classe do Estado capitalista.

Estudando o caso do Canal da Redenção em outro momento (MOREIRA *et al.*, 2008) lembrava de Pasukanis (1970) quando afirmava que “o Estado se apresenta como aquilo que ele não é (o Estado de todos) para poder ser aquilo que realmente é (o Estado de classe)”. Dessa forma ele tem que viabilizar o processo de acumulação de capital, só que, para tanto necessita se legitimar. Daí, em alguns momentos, faz concessões aos trabalhadores desde que não interfira no processo de acumulação das grandes e médias empresas. “Explorar com competência esse caráter contraditório do Estado é uma das armas que os trabalhadores podem dispor na sua luta por acesso à água visando não só a consolidação dos seus territórios de vida e de trabalho como também a construção de um território da utopia libertária” (MOREIRA *et al.*, 2008, p.92).

Referências

BARLOW, Maude; CLARKE, Tony. **Ouro Azul**: como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: Editora M. Books do Brasil, 2003.

BALTAZAR, Maria da Saudade. (Re)pensar a Sociologia dos Conflitos: a disputa paradigmática entre a paz negativa e/ou a paz positiva. **Primavera: Nação e Defesa** N.º 116, - 3.ª Série, pp. 157-185, Évora, Portugal, 2007.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida. O Sertão-Semiárido, políticas públicas e as relações de poder em “Vidas Secas”. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 12, n. 4, 2016.

BRITO, Franklyn Barbora de. **Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do Rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)**. Porto Alegre, 2013. Tese (Doutorado Em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CIMI - Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil: dados de 2013**. Brasília: 2014, pp. 123.

CHADE, Jamil. ONU vê risco de conflito em 46 países por causa da água. São Paulo. **Jornal O Estado de S. Paulo**, publicado em 20 mar. 2008. Disponível em: <http://vida-estilo.estadao.com.br/noticias/geral,onu-ve-risco-de-conflito-em-46-paises-por-causa-da-agua,143249>.

DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.

EVANGELISTA, Genyson Marques. **A chegada das águas: conflitos socioambientais e mudanças no mundo do trabalho rural provocadas pela formação de lagos artificiais**. Campina Grande, 2012. 314 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

FRANÇOIS, Laurent; VIANNA, Pedro Costa Guedes; VERDUM, Roberto; MELO, Ivo. La gestion des ressources en eau dans les États de la Paraíba et du Rio Grande do Sul. Enjeux, conflits et gouvernance locale. **Cahiers des Amériques Latines**, v. 54-55, p. 1-24, Paris, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MALVEZZI, Roberto. Conflitos por água nos últimos 10 anos. **Conflitos no Campo - Brasil 2014**. CPT Nacional - Brasil, 2014.

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. **Manifeste du parti communiste**. Paris: Flammarion, 1998.

MOREIRA, Emilia. **Mesorregião e microrregião da Paraíba: delimitação e caracterização**. João Pessoa: GRAFF-SET, 1989.

MOREIRA, Emilia. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia. A natureza no estado da Paraíba. João Pessoa: DGEOC/UFPB. **Texto didático**, 2000.

MOREIRA, Emilia. O espaço paraibano enquanto produto do trabalho. João Pessoa: **Cadernos do Logepa**. DGEOC/UFPB. Texto didático, 2002.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa, Editora Universitária, 1997.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. O que há de novo na questão agrária do espaço semiárido da Paraíba. **Boletim Dataluta**, setembro 2016. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_9_2016.pdf

MOREIRA, Emilia; LIMA, Valéria R. P.; TARGINO, Ivan. A luta camponesa pela água enquanto uma etapa do processo de construção/consolidação de territórios de esperança. Presidente Prudente: **Revista Formação**, v. 1, n.15, 2008, pp. 47-84.

NÓBREGA, Francisco Pereira da. **Vingança não**: depoimentos sobre Chico Pereira e cangaceiros do Nordeste. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1961.

OLIVEIRA, F. G.; SOUSA, A. M.; BARROS JUNIOR, G.; NASCIMENTO, M. F. **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba**. Agricultura Familiar - A diversidade das situações rurais, Campina Grande, PB, 2005.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil de JK > A criação da Sudene**. In Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV), n/d; n/p. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Sudene>.

PACHUKANIS, Evgeny. **La théorie générale du droit et le marxisme**. Paris: Etudes et Documentation Internationales (EDI). Traduction de Jean-Mari e Brohm. 1970.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

REGALA, Raísa M. S.; MOREIRA, Emilia. Uso de agrotóxico no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa (PIVAS) - PB. **Anais VII Congresso Brasileiro de Geógrafos**. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, ES: 2014, pp. 11.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO; GOMES; CORREIA. **Geografia, Conceitos e Temas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VIANNA, Pedro Costa Guedes. A água vai acabar? ALBUQUERQUE. E. (Org.). **Que país é esse?** São Paulo: Globo, 2005.

Recebido para publicação em 03 setembro de 2016.

Devolvido para a revisão em 20 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 07 de dezembro de 2017.